

A watercolor illustration in shades of green and light brown. In the upper left, a parrot is perched on a branch. The background is filled with various tropical plants, including palm fronds and broad-leafed foliage, rendered in a soft, painterly style.

Plano de Promoção Socioeconômica

**Para as Áreas Protegidas do
Norte do Pará**



**Conexusus e
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
apresentam**

**Planos de Promoção
Socioeconômica**
para as Áreas Protegidas
do Norte do Pará - Volume 4

Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluce Soares

**Nazaré Paulista / SP
2021**

Autores
Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluce Soares

Colaboradora

Nailza Porto

Coordenação Editorial

Carla Gullo e Rita Gullo

Projeto Gráfico e Diagramação

Circular Comunicação

Revisão Ortográfica

Nicole Guim de Oliveira

Ilustração

Shirley Felts

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Planos de promoção socioeconômica [livro eletrônico] : para as áreas protegidas do norte do Pará / Pedro Frizo ... [et al.]. -- 1. ed. -- Nazaré Paulsita, SP : IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2021. --

(Planos de promoção socioeconômica ; 4)

Outros autores : André Ramos, Monika Roper, Carina Pimenta, Fabiana Prado, Neluce Soares.

ISBN 978-65-990361-7-0

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Bioeconomia
3. Conservação da natureza - Amazônia 4. Economia 5. Sustentabilidade ambiental I. Ramos, André. II. Roper, Monika. III. Pimenta, Carina. IV. Prado, Fabiana. V. Soares, Neluce.

21-72053

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

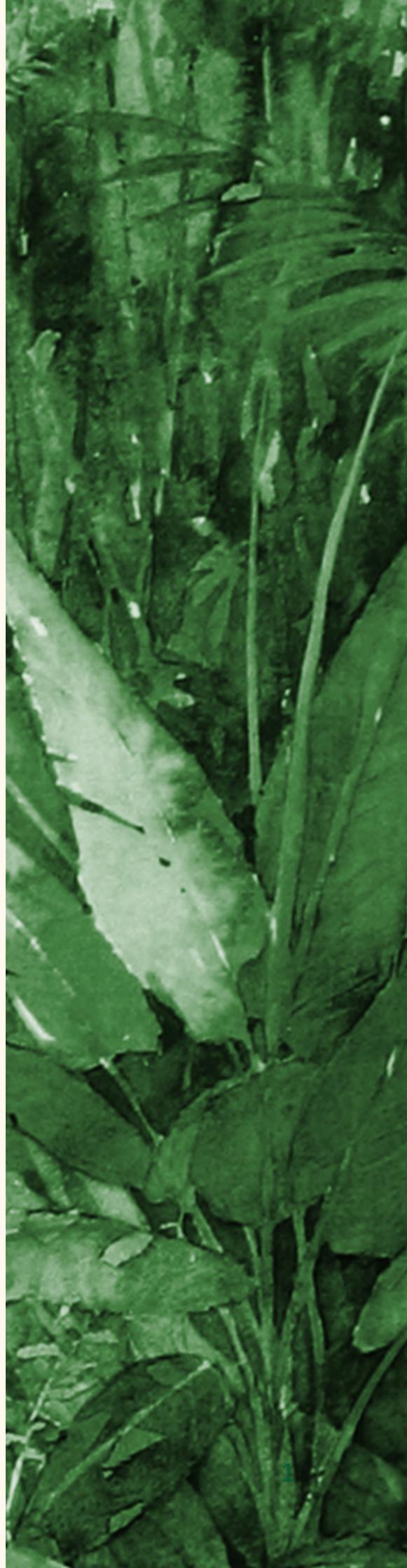
1. Sustentabilidade ambiental : Ecologia 304.2 Aline Grazielle Benitez -
Bibliotecária - CRB-1/3129

Esta publicação é fruto da parceria constituída entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológica e Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, no âmbito do Projeto LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica com o apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES e da Fundação Gordon e Betty Moore.

Índice

04 ■	Apresentação
07 ■	Contextualização
09 ■	A metodologia da construção dos planos e o Desafio Conexsus
12 ■	Diretrizes e ações estruturantes
18 ■	Bloco Norte do Pará
29 ■	Recomendações específicas para o bloco
34 ■	Lista de siglas

Apresentação





Este documento é fruto da parceria entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas e o Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, para elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica que consiste em identificar as principais variáveis-chave de análise do potencial de desenvolvimento socioeconômico e indicar diretrizes e ações estratégicas para a consolidação e crescimento de Negócios Comunitários Sustentáveis (NCS) das áreas protegidas abrangidas pelo Projeto LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica.

Entende-se que NCS representam a convergência dos objetivos de conservação ecológica e de desenvolvimento socioeconômico nas áreas protegidas para gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios.

Este plano será utilizado para orientar e potencializar as ações do projeto LIRA, por meio:

1.

do apoio financeiro a atividades produtivas de uso sustentável da floresta junto às comunidades indígenas e extrativistas - criando alternativas que gerem renda, ampliem a segurança alimentar, contribuam para a redução da pobreza e do desmatamento.

2.

do protagonismo das organizações locais de base comunitária, ampliando arranjos de governança locais dos grupos sociais em vulnerabilidade social na proteção de seus territórios - formando e desenvolvendo capacidades individuais e organizacionais com intercâmbio de saberes.

3.

do engajamento dos diversos atores e elos das cadeias produtivas apoiadas, visando assegurar a viabilidade econômica para as alternativas produtivas fomentadas.

4.

da efetivação de instrumentos de gestão de áreas protegidas com participação social de forma inclusiva e integrativa.

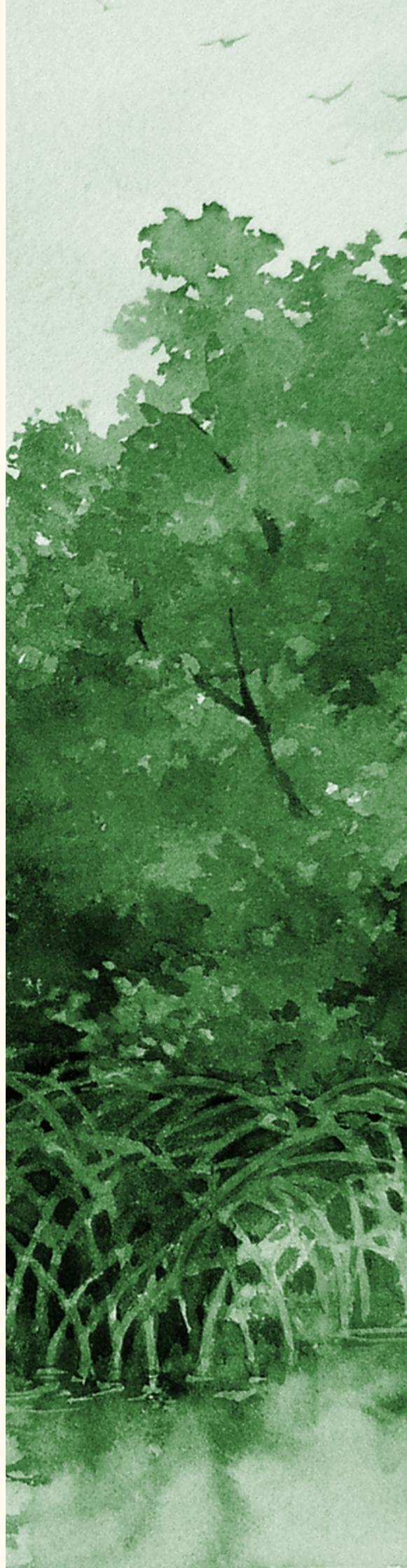
Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



O Plano de Promoção Socioeconômica também contribui para agenda mundial pautada nos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os próximos dez anos. As diretrizes e ações estratégicas nele contidas atendem metas vinculadas aos respectivos objetivos:

1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 5. Igualdade de Gênero; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 15. Vida Terrestre; 17. Parcerias e meios de implementação.

Contextualização



LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica

A criação e a manutenção de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) da Amazônia contribuem para a redução do desmatamento e para manter o equilíbrio climático, entre outros benefícios. No entanto, essas áreas vêm enfrentando dificuldades relacionadas à sua estruturação, gestão e implementação de ações de regularização fundiária e de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Essa situação agrava conflitos sociais e leva à degradação florestal, deixando vulnerável a floresta, a biodiversidade e os povos tradicionais que ali habitam.

Nesse contexto, nasceu o LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica. Trata-se de um projeto concebido para aumentar a efetividade da gestão dessas áreas até 2023. Sua missão é facilitar a articulação dos múltiplos atores da região, promovendo a gestão integrada com as organizações da sociedade civil, associações indígenas, comunidades locais, setor econômico e governos.

O território do projeto é de aproximadamente 80 milhões de hectares, que abrangem 86 áreas protegidas, sendo 43 Terras Indígenas e 43 Unidades de Conservação, agrupadas em seis blocos territoriais: Alto Rio Negro, Baixo Rio Negro, Norte do Pará, Xingu, Madeira-Purus e Rondônia-Acre.

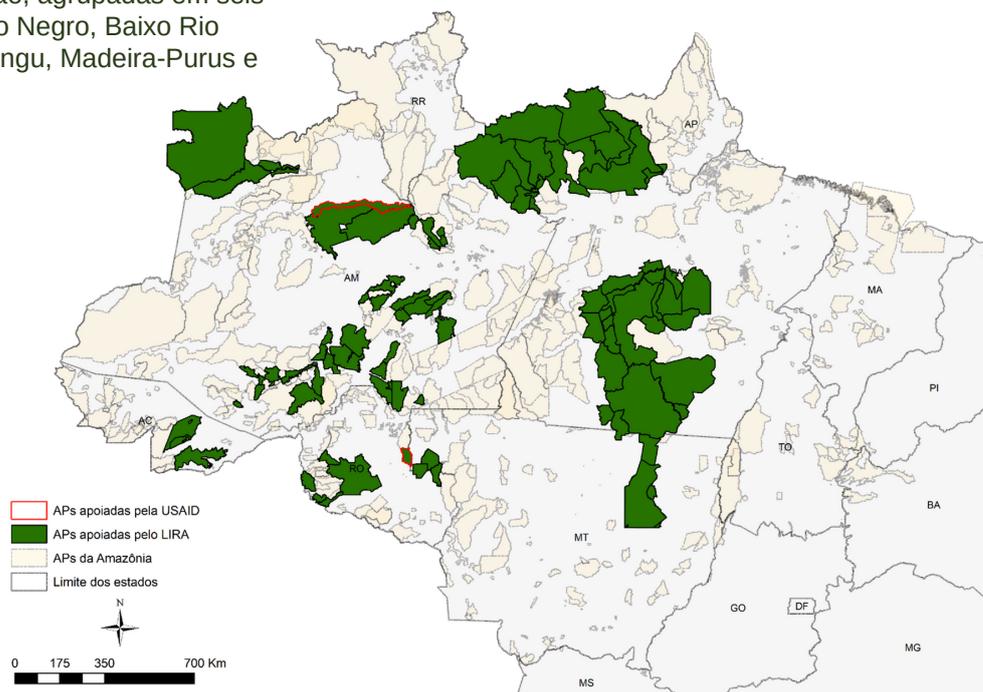
Conexsus

O Instituto Conexões Sustentáveis - Conexsus é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua para ativar o ecossistema de negócios comunitários de impacto socioambiental, ampliando sua contribuição para a geração de renda no campo e para a conservação de florestas e biomas. Seu objetivo é fortalecer as iniciativas que mantêm a resiliência territorial e climática a partir do desenvolvimento de negócios sustentáveis no Brasil, com foco na agenda climática global e nos ODS da ONU.

LIRA + Desafio Conexsus

A parceria do LIRA com o Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) foi criada para identificar as principais oportunidades e obstáculos para inserção econômica das populações locais na economia regional. O objetivo é assegurar a ampliação das atividades produtivas sustentáveis, em especial o fortalecimento das organizações socioprodutivas (cooperativas e associações de produtores) das áreas protegidas.

Os Planos de Promoção Socioeconômicos (PPSE) são produto dessa parceria e foram elaborados para os seis blocos territoriais do LIRA.



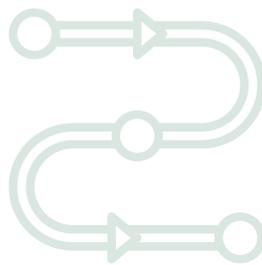
**A metodologia
de construção
dos planos e o
Desafio
Conexsus**



A construção dos Planos de Promoção Socioeconômica esteve relacionada ao desenvolvimento do programa Desafio Conexsus, que permitiu identificar as principais variáveis do potencial de desenvolvimento socioeconômico das áreas protegidas abrangidas pelo LIRA. O programa buscou testar e validar um conjunto de soluções pré-concebidas para ativação do ecossistema de negócios comunitários de impacto, por meio de iniciativas de aceleração, modelagem, acesso a mercados e a recursos financeiros.

Objetivo Central

Elaborar propostas de ações estratégicas para a consolidação e crescimento de negócios comunitários sustentáveis em áreas protegidas na Amazônia



gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios

Etapas do Desafio Conexsus

Mapeamento

+ de 1000
cooperativas e associações de base comunitária em todos os biomas brasileiros mapeadas

Oficinas regionais

200
organizações participaram de oficinas regionais, em 2018

Ciclo de desenvolvimento

70
organizações foram selecionadas para participarem do Ciclo de Desenvolvimento

Laboratório de modelagem

35
participaram do Laboratório de Modelagem
9 inseridas nas APs contempladas pelo LIRA
+17 organizações inseridas nas UCs ou TIs do LIRA.

A presença nos territórios prioritários do LIRA foi uma das premissas no processo de seleção de organizações participantes do Laboratório de Modelagem. Ao todo, entre organizações mapeadas, entrevistadas e participantes das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus, em 2018, e das oficinas do Laboratório de Modelagem, em 2019, foram coletados dados e informações de 52 cooperativas e associações inseridas nas áreas protegidas do LIRA, permitindo a consolidação de uma amostra significativa para a elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica.

52 organizações

9 participaram do Laboratório de Modelagem



Para estes negócios foi aplicada a metodologia “Trilhas do Desenvolvimento” que permite um diagnóstico completo de mais de 70 indicadores em maturidade organizacional, potencial de negócio e contribuição socioambiental.

17 participaram das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus em 2018



Foi feito um levantamento de dados gerais sobre gestão, comercialização e contribuição socioambiental, com um nível de detalhamento mais profundo do que os dados secundários dispostos no cadastro junto à plataforma do Desafio.

26 foram cadastradas na plataforma de dados do Desafio Conexsus



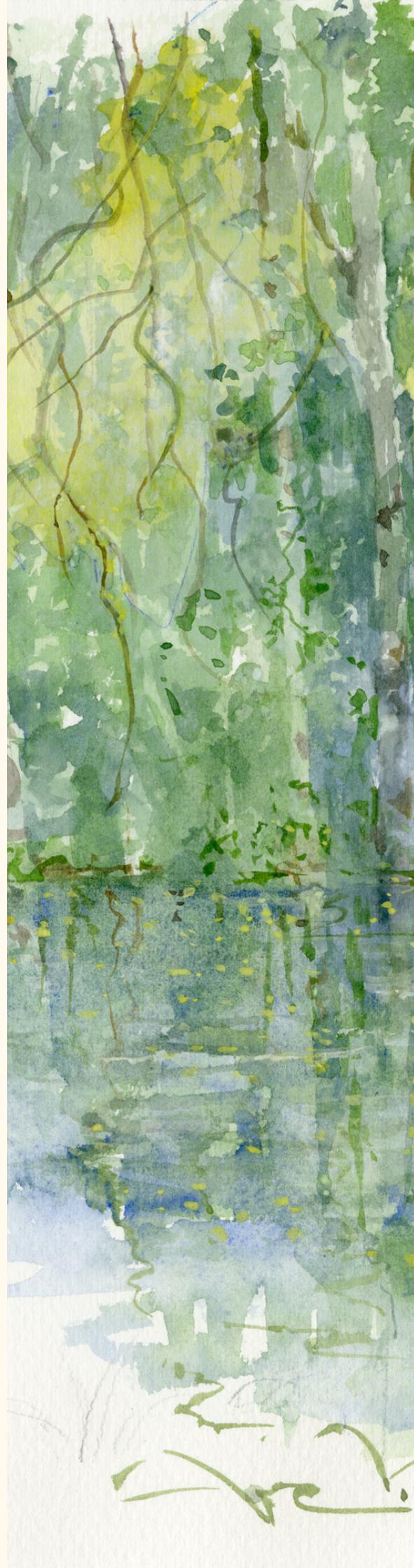
Foram levantadas informações autodeclaradas sobre as organizações a respeito de itens como faturamento, grupo social, origem da matéria-prima, modos de produção, participação feminina e jovem entre outras informações exploratórias.

Além do método diretamente associado às cooperativas e associações, as visitas de campo contaram com entrevistas a atores chave de cada ecossistema, tais como representantes do Estado (secretarias, órgãos de assistência técnica, entre outros), lideranças comunitárias, técnicos de instituições de apoio e pesquisadores.

Tudo isso permitiu uma leitura mais abrangente sobre o ambiente regulatório e sobre o funcionamento das cadeias de valor.

Cada bloco apresenta, ao final, uma análise FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças para a promoção socioeconômica.

Diretrizes e ações estruturantes



A experiência do Desafio Conexsus permitiu identificar variáveis chaves para a promoção socioeconômica em unidades de conservação e terras indígenas, a partir das oficinas, leitura dos dados relacionados à maturidade organizacional das cooperativas e associações mapeadas, das análises sobre o posicionamento destes negócios em suas respectivas cadeias de valor e o ambiente regulatório ao qual estão submetidas.

Cada bloco de área protegida apresenta a sua especificidade histórica, ecossistêmica e institucional, mas foi possível traçar um conjunto de recomendações que se aplicam a todos os blocos por existirem desafios em comum entre diferentes regiões, resultantes de um processo comum e geral de formação histórica e institucional sobre a governança e gestão das áreas protegidas, sobre programas e políticas públicas de fomento à produção agrícola e extrativista, à promoção da educação pública e gratuita e à subvenção econômica de cooperativas e associações.

A seguir, será apresentado um conjunto de ações estruturantes para o fomento e sustentabilidade econômico-financeira de negócios comunitários de impacto nas áreas protegidas, contendo as recomendações traçadas e os atores sociais aos quais a recomendação é direcionada. Neste caso, é importante observar que diferentes atores sociais possuem papéis-chave na ativação do ecossistema de negócios comunitários em áreas protegidas, demonstrando que o processo de ativação não depende, exclusivamente, de um fomento direcionado unicamente a cooperativas e associações.

Tema: Conselhos de desenvolvimento

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) somente será totalmente eficaz a partir de uma harmonização maior entre o conjunto de alimentos pedidos nas chamadas públicas e o conjunto de produtos alimentícios ofertados pelas organizações comunitárias, em especial aquelas localizadas nas áreas protegidas. Neste sentido, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre lideranças, gestores, professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública de ensino em torno de chamadas mais inclusivas à realidade produtiva das organizações comunitárias locais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Municípios: Implementador de política pública

Qualquer estratégia local de desenvolvimento rural deve ser construída de maneira participativa e representativa, incluindo lideranças e atores estratégicos de organizações de base comunitária na elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Para tanto, é essencial que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) tenham estrutura e recursos para funcionar enquanto espaços de reivindicação popular de ações e projetos específicos ao setor extrativista e da agricultura familiar.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Município: Implementador de política pública

Tema:

Negócios comunitários (modelagem, planejamento e capacitação)

É necessário que instituições de apoio desenvolvam um conjunto de ações contínuas de aprimoramento dos modelos de negócio das organizações de base comunitária, a fim de tornar os processos internos de tomada de decisão mais eficientes, consolidar processos de gestão produtiva adequados ao conjunto de normas técnicas e critérios de escolha do mercado vislumbrado – seja ele público ou privado –, mensuração e cálculo dos custos fixos e variáveis e mapeamento e definição de equipe e recursos-chave para operar. Isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas por consultoria especializada, para uso dos associados e cooperados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Para o desenvolvimento de negócios comunitários é de fundamental importância a elaboração de um plano estratégico ou de negócios, construído de forma participativa e dinâmica, regularmente revisado e atualizado, com objetivos, estratégias, ações, metas e definição dos mecanismos de acesso à crédito, incluindo administração dos recursos e devolução dos valores até as datas pactuadas. Isso facilita o diálogo com os agentes financeiros e dá mais segurança aos associados do negócio comunitário em suas estratégias produtivas, comerciais e de acesso ao crédito rural.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Mediante a compartilhada dificuldade de acesso à informação sobre normas fitossanitárias, é importante que sejam fomentadas ações de capacitação em boas práticas de coleta, extração, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, em especial através de cursos, manuais e tecnologias digitais, os quais podem ser importantes instrumentos de apoio para aprimorar o volume e modos de comercialização. Essas ações podem ser fomentadas por múltiplos atores, desde as organizações comunitárias até as próprias empresas que comprem os produtos dessas organizações.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Tema: **Arranjos comerciais**

Tendo em vista que, em muitos casos, há uma presença de grande número de intermediários nas cadeias de valor da sociobiodiversidade, é essencial que sejam discutidos e implementados mecanismos para aproximar as organizações comunitárias de seus compradores/consumidores finais, a fim de aumentar o valor agregado territorialmente. Neste sentido, é essencial fomentar redes de ativação de comércio justo e a criação de novos arranjos comerciais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

A fim de aumentar a participação dos produtos de organizações de base comunitárias nas economias regionais é preciso que haja a criação de alianças comerciais entre diferentes organizações comunitárias, inclusive com organizações de fora das áreas protegidas, de uma mesma região. O objetivo dessas alianças é possibilitar que, juntas, elas tenham produtos em quantidade e qualidade e consigam estabelecer processos logísticos de armazenagem e entrega eficientes que as qualifique para atender a demanda gerada pelas chamadas públicas e pelos diferentes mercados privados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Municípios: Implementador de política pública

Estado: Implementador de políticas públicas

Tema: **Licenciamento da atividade produtiva**

Governos federal e estadual, em diálogo com as organizações comunitárias e instituições de apoio devem elaborar um plano de trabalho para simplificar o processo de licenciamento ambiental de atividades extrativistas e da agricultura familiar de organizações comunitárias situadas nas áreas protegidas, levando em consideração o que os planos de manejo ou Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) já dispõem sobre a regulamentação do manejo e de atividades agrícolas nesses territórios.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estados: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de políticas públicas

Tema:

Acesso a crédito e recursos não reembolsáveis

É preciso estabelecer estratégias continuadas de educação financeira e educação para crédito rural para que elas tenham condições de acessar linhas de crédito adequadas às suas necessidades de capital de giro, investimento e agregação de valor, dados os contextos ambiental, econômico e social em que estão inseridas. O envolvimento dos agentes financeiros também serve ao objetivo de evidenciar entraves burocráticos que estão impedindo o acesso à determinadas linhas do crédito rural e possibilitar a co-criação entre agentes financeiros, organizações comunitárias e instituições de apoio de soluções processuais para facilitar o acesso à crédito por negócios comunitários.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Entre as diferentes linhas de crédito disponíveis para extrativistas e agricultores familiares recomenda-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a fonte mais estável, com o menor custo, a maior oferta e de mais fácil acesso. Na preparação das organizações comunitárias para acessar o PRONAF deve-se estar atento para elementos como regularização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e oferta de garantias para o agente financeiro;

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Para uma organização comunitária acessar crédito rural é preciso criar uma conta domicílio (conta corrente) em agências de bancos ou de cooperativas de crédito. Recomenda-se uma análise prévia por parte das organizações comunitárias e instituições de apoio sobre qual é a agência (física) mais estratégica em termos de criação e manutenção de um relacionamento duradouro, considerando a localização, o perfil do gerente e o nível de inadimplência de cada uma delas, pois níveis muito elevados de inadimplência podem impossibilitar uma agência de conceder mais créditos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

A fim de alavancar os processos de capitalização entre as organizações comunitárias, é essencial que instituições de apoio, agentes financeiros e empresas compradoras promovam mecanismos híbridos de financiamento, nos quais, idealmente, recursos não-reembolsáveis possam ser utilizados para facilitar/garantir a aquisição de créditos em volume maior do que o usual, aumentando o nível de recursos à disposição das organizações para investimento, custeio e comercialização. Finalmente, para organizações que ainda não possuem capacidade institucional para acessar crédito rural em agentes financeiros oficiais, os recursos não reembolsáveis podem ser usados para viabilizar a operação do negócio (recursos para investimento, custeio e comercialização), desde que seja elaborado um plano de negócios que preveja a gradual independência financeira dos negócios em relação a recursos não reembolsáveis, diminuindo o risco de paralisação do negócio em momentos de interrupção da captação desses recursos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Empresas compradoras: desenvolvedor de cadeia

Tema: **Apoio contábil / jurídico**

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio executem projetos de assessoria técnica / jurídica às associações e cooperativas de agricultura familiar para fomento e regularização da DAP para pessoas jurídicas, a fim de incrementar o número de organizações de base comunitária aptas a participarem de chamadas públicas para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, especialmente o PNAE e o PAA, bem como para que essas organizações possam acessar determinadas linhas de crédito do PRONAF que exigem “DAP Jurídica”.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

É imprescindível que organizações comunitárias e instituições de apoio criem mecanismos para oferecer serviços de assessoria contábil às organizações de base comunitária, especializados em associativismo e cooperativismo, capazes de apoiar essas organizações em seus processos de definição de personalidade jurídica (associação ou cooperativa), contratação de pessoal e pagamento de impostos e, assim, evitar a existência de qualquer pendência junto às Secretarias da Fazenda e Receita Federal que possa inviabilizar a contração de crédito e comercialização via compras públicas.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

No plano fiscal, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio elaborem e apresentem aos governos estaduais estudos e pareceres sobre a revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos produtos da sociobiodiversidade, principalmente para as modalidades que já sofreram algum tipo de beneficiamento – e.g., óleos e manteigas –, uma vez que estas ainda apresentam alíquotas extremamente altas e comparáveis a produtos que não são da base rural sustentável, reduzindo sua competitividade econômica.

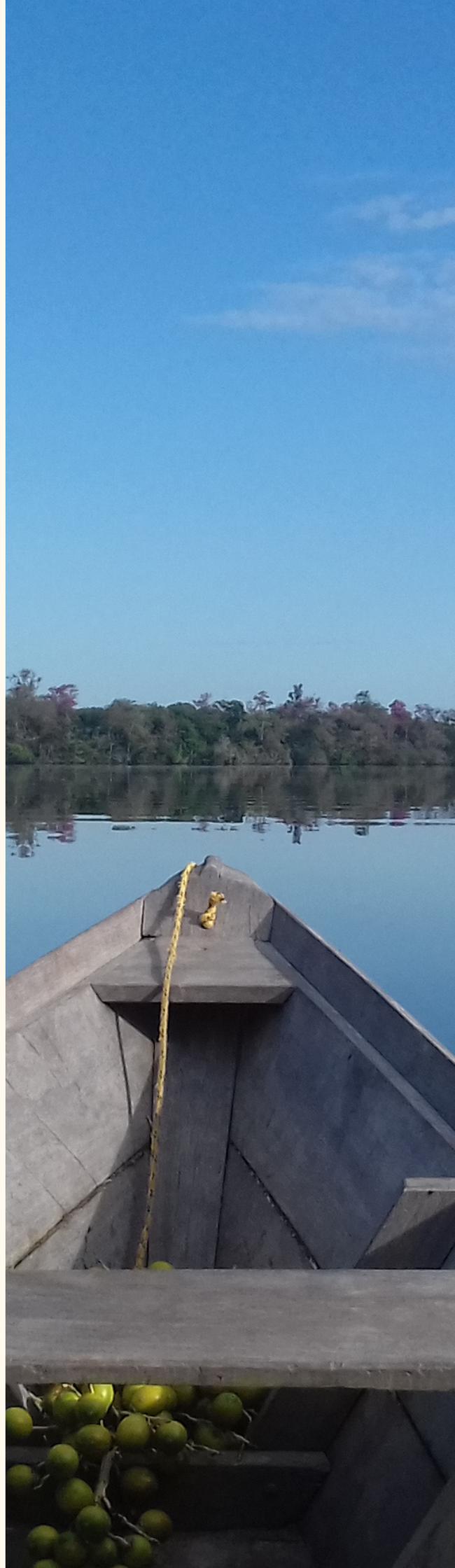
Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Bloco Norte do Pará



O território e suas Áreas Protegidas

10 ÁREAS PROTEGIDAS

- 4 Terras Indígenas (TIs): TI Nhamundá Mapuera (1.050.000 hectares), TI Trombetas-Mapuera (3.971.000 hectares), TI Tumucumaque (3.071.000 hectares), TI Paru d'Este (1.196.000 hectares);
- 3 Florestas Estaduais (FLOTA): FLOTA Paru (3.612.914 hectares), FLOTA Trombetas (3.025.667 hectares), FLOTA do Faro (525.434 hectares)
- 1 Reserva Biológica (REBIO): REBIO Maicuru (1.151.760 hectares);
- 2 Estações Ecológicas (ESEC): ESEC Grão Pará (4.245.819 hectares), ESEC do Jari (227.126 hectares).

Percebe-se, assim, que nesse bloco existem 2 tipos de APs em que é possível realizar atividades produtivas sustentáveis: as Terras Indígenas (TIs) e as Florestas Estaduais (FLOTAs).

Quase a totalidade do bloco territorial está inserida no estado do Pará; apenas parcelas relativamente pequenas das Terras Indígenas estão localizadas em outros estados (AM, AP e RR).



**Este estudo considera associações e cooperativas das áreas protegidas e do entorno dessas áreas*



Terras Indígenas

As Terras Indígenas do Norte do Pará estão separadas em 2 blocos principais.

O primeiro bloco, a oeste do estado, é composto pelas TI Trombetas – Mapuera e TI Nhamundá – Mapuera. A TI Trombetas – Mapuera está espalhada pelos territórios de 3 estados (AM, PA e RR) e 6 municípios: Faro e Oriximiná (PA), Nhamundá e Uruará (AM), Caroebe e São João da Baliza (RR). A TI Nhamundá – Mapuera possui território em 2 estados (AM e PA) e 4 municípios: Faro e Oriximiná (PA), Nhamundá e Uruará (AM).

O segundo bloco, localizado próximo à divisa com o estado do Amapá, é composto pelas TI Tumucumaque e TI Paru D'este. A maior parte da TI Tumucumaque está localizada no estado do Pará. Uma porção do seu território está localizada no estado do Amapá. Essa TI está presente em 5 municípios: Almeirim, Alenquer, Óbidos e Oriximiná (PA) e Laranjal do Jari (AP). A TI Paru d'Este fica inteiramente no Pará, dentro dos municípios de Alenquer, Almeirim e Monte Alegre.



FLOTAs

As 3 FLOTAs do Pará que estão distribuídas pelo território do Norte do Pará são as seguintes:

A FLOTA de Trombetas abrange os municípios de Oriximiná, Óbidos e Alenquer. A população residente na FLOTA de Trombetas é composta por famílias distribuídas em uma comunidade quilombola e seis aldeias indígenas. Além disso, há famílias residindo na área de entorno da UC que utilizam uma parte da FLOTA para atividades de extrativismo.

A FLOTA de Faro abrange os municípios de Faro e Oriximiná. A população humana residente na FLOTA está distribuída em cinco comunidades (duas ribeirinhas e três indígenas) e em outras posses. Em 2010, na área do entorno habitavam aproximadamente 900 famílias das quais aproximadamente 350 eram de quilombolas que utilizavam a FLOTA para extrativismo de castanha do Brasil, caça e pesca; 91 famílias eram de indígenas que haviam instalado roçados na FLOTA e praticavam caça, pesca e extrativismo; e o restante utilizava a FLOTA como acesso para a TI Nhamundá-Mapuera.

A FLOTA do Paru abrange os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Prainha. Dentre as 04 unidades de conservação na categoria "Floresta Estadual", a FLOTA Paru, que teve seu Plano de Manejo (Gestão) publicado em 2010, até o presente momento, é a única Flota que se apresentou apta a ser submetida ao processo de concessão florestal no Estado do Pará, sendo a primeira unidade de conservação estadual a abranger unidades de manejo. A população humana no interior da FLOTA é composta principalmente por garimpeiros de ouro. Em 2010, na área do entorno da FLOTA moravam aproximadamente 850 famílias (3.300 pessoas), distribuídas em 25 comunidades.

Ecosistema das organizações

Importante observar que nas FLOTAS as atividades produtivas sustentáveis de extrativismo e agricultura familiar são realizadas tanto por organizações comunitárias que residem no interior das mesmas quanto por organizações comunitárias e pessoas localizadas no entorno dessas áreas protegidas. O mapeamento do ecossistema de organizações apresentado a seguir levou em consideração esse fato e trabalhou com algumas organizações que apesar de não representarem exclusivamente as populações residentes das APs do bloco territorial do Norte do Pará, possuem entre seus sócios pessoas que exercem algum tipo de atividade produtiva dentro dessas APs.

ORGANIZAÇÕES	FAIXA DE FATURAMENTO ANUAL (2017)	ORIGEM DA MATÉRIA PRIMA	ABRANGÊNCIA DE MERCADO	NÍVEL DE BENEFICIAMENTO
ACOMTAGS	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
ACPLASA	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
APIM	Até 120 mil	Terra indígena	Nacional	In natura
ARQMO	De 601 a 1,2 mi	Comunidade quilombola	Internacional	In natura
ASMACARU	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
ASMIPPS	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
CGPH	De 601 a 1,2 mi	Terra indígena	Municipal	In natura
COOPAFLOA	Até 120 mil	Misto	Internacional	Minimamente

(Fonte: Desafio Conexsus, 2018)

Dentro desse grupo existem algumas organizações comunitárias que representam produtores rurais e extrativistas de regiões do Norte do Pará que acessam os recursos naturais das FLOTAS, como a ACOMTAGS, ACPLSASA, ASMACARU e ASMIPPS. Além delas, existe um grupo de organizações que tem um caráter de “organização guarda chuva”, ou seja, que representam outras organizações de menor porte do território, como, por exemplo, a APIM (Associação dos Povos Indígenas do Mapuera) a CGPH (Conselho Geral do Povo Hexkaryana), a ARQMO (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná) e a COOPAFLOA (Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais do Norte do Pará).

A amostra de organizações analisadas é bastante representativa dos diferentes perfis de organizações comunitárias atuantes no território (ver Figura 1). A associação de Moradores da Área de Conservação e Entorno Flota Faro (AMACEFF) é uma organização que não foi mapeada, mas que tem uma atuação relevante no território da FLOTA Faro.

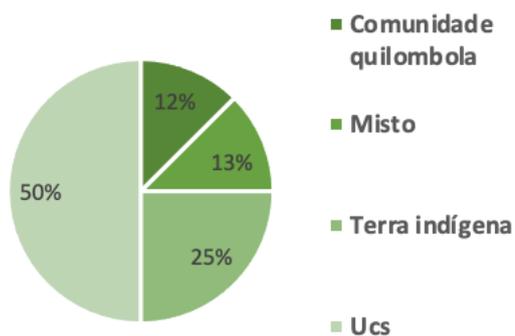


Fig. 1: Origem da matéria-prima no Norte do Pará
Fonte: Desafio Conexsus, 2018



Por se tratar de um território com uma grande diversidade de áreas protegidas e de unidades de conservação, o Norte do Pará é uma região com grande quantidade de organizações comunitárias atuando dentro dessas áreas. O que se verifica atualmente é um movimento de intensificação do diálogo e da cooperação entre elas, com a união de povos indígenas e comunidades tradicionais de diferentes origens, como quilombolas e ribeirinhos. O objetivo mais evidente desse movimento é formar instituições mais abrangentes e que, por meio da cooperação entre diferentes comunidades, alcançarão mais representatividade e maior capacidade institucional para operar negócios comunitários sustentáveis.

Em primeiro lugar existe uma linha de atuação das organizações comunitárias e instituições de apoio de fortalecimento das associações indígenas do território com enfoque nas seguintes associações: Associação Indígena dos Kaxuyana Tunayana e Kahyana (AIKATUK), APIM (Associação dos Povos Indígenas do Mapuera) e CCPH (Conselho Geral do Povo Hexkaryana). Além delas, estão presentes no território: APITIMA (Associação dos Povos Indígenas da TI Mapuera), APITIKATXI (Associação dos Povos Tiriyó, Kaxuyana e Txikiyana), APIWA (Associação dos Povos Wayana e Aparai) e APIW (Associação dos Povos Wawai).

Em paralelo, organizações comunitárias e instituições de apoio estão agindo para fortalecer as organizações comunitárias representantes de populações remanescentes de quilombos e apoiá-las no processo de construção de ações de cooperação com as demais organizações comunitárias do território; indígenas, extrativistas e de produtores rurais da agricultura familiar. Além das organizações quilombolas acima mencionadas, também estão presentes no território do Norte do Pará as seguintes organizações: Associação dos Moradores da Comunidade Quilombos de Cachoeira Porteira (AMOCREQ-CPT), Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Ariramba (ACORQA), Associação Mãe Domingas, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo da Área Trombetas (ACORQAT), entre outras. O que se verifica no Norte do Pará é uma ampla diversidade social das organizações comunitárias. Compostas por extrativistas, produtores rurais, grupos indígenas e quilombolas e, algumas delas com formação mista. O exemplo mais simbólico da integração entre diferentes povos e comunidades tradicionais da Amazônia é a Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais do Norte do Pará (COOPAFLOA), formada por grupos quilombolas, indígenas, assentados e extrativistas, compromissada a centralizar a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade do Norte do Pará, em especial o cumaru, castanha do Brasil, andiroba e copaíba.

Outros membros do ecossistema

O mapeamento do DESAFIO CONEXSUS identificou as seguintes instituições de apoio, públicas e privadas, nacionais e internacionais, que estão no território do Norte do Pará, promovendo as cadeias produtivas da sociobiodiversidade e fortalecendo os Negócios Comunitários Sustentáveis dentro das APs.

NACIONAIS

Instituições públicas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

Ideflor-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade do Estado do Pará

Terceiro setor

ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil

IEPE – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

CPI – Comissão Pró-Índio

CPT – Comissão Pastoral da Terra

AGENDA PÚBLICA

Instituto Clima e Sociedade

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) Oriximiná

Empresas

MRN – Mineração Rio do Norte

Instituto Alcoa

Fundação JARI

INTERNACIONAIS

Instituições públicas

NORAD (Norwegian Agency for Development Cooperation)

USAID (Programa Território Sustentáveis)

Serviço Florestal Americano

GIZ Cooperação Alemã

Climate and Land Use Alliance

Terceiro setor

Rainforest Foundation e Rainforest Fund

Embaixada Real da Noruega

Moore Foundation



Pode-se dizer, assim, que o bloco do Norte do Pará é formado por organizações comunitárias muito diversas em termos dos grupos sociais que elas representam, mas que, ao mesmo tempo, se assemelham em relação aos baixos níveis de agregação de valor dos seus produtos e por estarem ainda em estágios mais iniciais de desenvolvimento dos seus negócios comunitários sustentáveis, com faturamentos anuais abaixo dos R\$120mil. As exceções a essa conjuntura são as organizações do tipo “guarda chuva”, que estão buscando centralizar a produção e a comercialização de outras organizações menores em sua área de atuação, como a ARQMO e a COOPAFLORA, por exemplo, e por isso estão alcançando níveis maiores de faturamento. Outro elemento que marca o ecossistema de organizações do Norte do Pará é o fato de que a rede de instituições de apoio não é tão extensa quanto aquela verificada na região do Xingu, por exemplo. Porém, nessa rede de parceiros também se encontram organizações muito experientes em seus trabalhos de fomento de atividades produtivas sustentáveis dentro de APs, como Imaflora, Imazon, ECAM e IEB, por exemplo. Também estão presentes no território organizações de base que possuem um trabalho muito relevante de acompanhamento e fortalecimento institucional das organizações comunitárias, como o IEPE, a Comissão Pró Índio e a Comissão Pastoral da Terra.

No âmbito do DESAFIO CONEXSUS as organizações comunitárias do Norte do Pará não citaram alguns dos principais órgãos públicos ligados à gestão das APs do território - FUNAI e Ideflor-Bio - como parceiros dos seus negócios. A única instituição pública citada foi a CONAB. Isso indica que, apesar de serem responsáveis legais pela gestão das APs no território, a atuação dessas instituições (FUNAI e Ideflor-Bio) não é percebida pelas organizações comunitárias como uma parceria relevante para os interesses dos seus negócios comunitários.

Além disso, essas mesmas organizações comunitárias não citaram diretamente as instituições internacionais de apoio, diferentemente do bloco do Xingu, por exemplo. As instituições internacionais de apoio às organizações comunitárias do Norte do Pará listadas acima foram mapeadas a partir da análise da sessão de financiadores dos sites das principais ONGs brasileiras que estão atuando na região. Isso indica que no caso do Norte do Pará as organizações comunitárias ainda não têm acesso direto a essas instituições internacionais, talvez seja necessário melhorar as estratégias de comunicação. No futuro é interessante que elas consigam aumentar sua maturidade organizacional para acessar recursos e outros apoios diretamente junto a essas instituições internacionais.

Ações em parceria local

Como resultado de parcerias entre as organizações comunitárias, e entre elas e as instituições de apoio, o que se verifica no território do Norte do Pará é um processo de amadurecimento institucional de grande parte das organizações comunitárias, que até recentemente estavam focadas exclusivamente em planejar e executar ações de assistência social e garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais da região e de preservação do território por meio da criação das áreas protegidas. Essa história é marcada por lutas, conquistas e derrotas. Nesse sentido essas organizações precisam manter grande parte da sua força de trabalho nesse tipo de atividade. Ao mesmo tempo, com o apoio de parceiros estratégicos, e isso inclui necessariamente os órgãos governamentais, é possível criar programas efetivos de promoção de desenvolvimento regional sustentável. Pode-se tomar como referência (não como exemplo) o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), na região da Transamazônica. Porém, diferentemente do PDRSX, é preciso investir em esforços de planejamento que de fato orientem as ações dentro desses programas.

Vale a pena destacar aqui o PROGRAMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS, criado em 2015, idealizado por IMAZON, ECAM E AGENDA PÚBLICA, com grande parte dos recursos vindos da empresa Mineração Rio do Norte e apoio da USAID. A partir de 2016 o programa passou efetivamente a conduzir atividades transformadoras para as comunidades e municípios e atuar no desenvolvimento dos seus 5 eixos estratégicos: Gestão Pública, Capital Social, Desenvolvimento Econômico, Gestão Ambiental e Quilombola. Dentro desse programa existe uma grande preocupação em envolver os entes públicos responsáveis por esses eixos de desenvolvimento regional, desde as secretarias de meio ambiente municipais até a FUNAI e o Ideflor-Bio.

No relatório de atividades do Ideflor-Bio de 2017, por exemplo, praticamente todas as ações dentro do campo de fomento de negócios comunitários sustentáveis na FLOTA de Faro aconteceram em parceria com o PROGRAMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS como: a elaboração do Plano de Uso Público (PUP), a construção do Centro Comunitário de Gestão Integrada (CCGI), o Encontro comunitário no Município de Faro para orientações sobre as boas práticas da extração sustentável da copaíba, a Oficina de turismo comunitário no município de Faro, o Curso de formação de Agentes Ambientais Comunitários (AAC).

O Programa atua em Oriximiná, Faro e Terra Santa e executou até o momento aproximadamente R\$8 milhões. No ciclo 2017-2018, no eixo de desenvolvimento econômico, foram executados aproximadamente R\$1 milhão em projetos nas áreas de pecuária sustentável, castanha e copaíba, turismo de base comunitária, movelaria e agricultura familiar. Além disso, o programa elaborou em conjunto com as 3 prefeituras locais os “Planos de uso do benefício social da concessão florestal”.

Ambiente regulatório

Abaixo serão apresentados os aspectos do ambiente regulatório da região do Norte do Pará que são mais determinantes para o desenvolvimento de negócios comunitários sustentáveis em áreas protegidas.

A região do Norte do Pará possui fontes de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis.

A fim de incrementar os níveis de faturamento, uma das ações prioritárias é aumentar a capacidade técnica dos processos produtivos das organizações comunitárias, fato que demanda a contratação de recursos para investimento.

Quem opera as linhas de crédito rural do Pronaf.

Na região são, basicamente, BASA e BB. O relacionamento contínuo com as instituições e agentes financeiros é essencial para a concessão de crédito, tendo em vista que intensifica os laços de confiança entre o credor e a organização comunitária. Na região do Norte do Pará as agências do BASA estão localizadas em Óbidos, Monte Alegre e Alenquer, no Pará, e em Laranjal do Jari, no Amapá. As agências do Banco do Brasil na região ficam nas cidades de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Almeirim, no Pará, São João da Baliza, em Roraima, e Laranjal do Jari, no Amapá.

Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (Fundeflor).

Criado em 2007, é formado a partir da gestão dos recursos auferidos com a outorga de Concessões Florestais em áreas de florestas públicas, sob a gestão do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – Ideflor-Bio e seu objetivo é fomentar ações, projetos e atividades de desenvolvimento do setor florestal no Estado. Ou seja, as organizações comunitárias devem buscar acessar esses recursos por meio de projetos apresentados e aprovados junto ao Ideflor-Bio.

O Fundo Juruti Sustentável.

É gerido pelo Instituto Juruti Sustentável (IJUS), uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP) que visa contribuir para o desenvolvimento sustentável de Juruti e entorno. A iniciativa tem origem no início das operações da mina de bauxita da Alcoa no município de Juruti, em 2009, quando a empresa iniciou sua estratégia de sustentabilidade. O instituto tem por escopo apoiar financeiramente ações, projetos e programas, reembolsáveis ou não reembolsáveis, que integrem aspectos sociais, humanos econômicos e ambientais, incentivando a participação de múltiplos atores – poder público, organizações civis e iniciativa privada. Atualmente esse fundo está permitindo a participação de grupos informais de municípios do entorno de Juruti nos editais lançados anualmente. Essa linha de financiamento disponibiliza até R\$10mil por projeto aprovado.

Fundo Amazônia.

Completo 10 anos em 2018 e tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais. Já foram 113 projetos aprovados de prefeituras, estados, da união, de organizações do terceiro setor, universidades e projetos internacionais. Foram mais de R\$1bilhão desembolsados de um total de R\$3,4bilhões disponíveis. Ou seja, restam mais de R\$2bilhões de saldo remanescente. Portanto, essa é uma fonte de recursos ideal para projetos de fomento aos negócios comunitários sustentáveis em toda a Amazônia, desde que o governo federal volte a permitir a sua operação regular.

Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA do Pará.

Foi criado em 1995 para financiar planos, programas, projetos, pesquisas e tecnologias que visem: o uso racional e sustentado dos recursos naturais e a implementação de ações voltadas ao controle, à fiscalização, à defesa e à recuperação do meio ambiente. Sua administração é feita pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará e o acesso a esses recursos se dá por meio das ações e programas desse órgão público. Em outubro de 2019, foi criado o Fundo da Amazônia Oriental. Com esse Fundo o governo do Estado poderá receber doações e outros recursos de investimentos, para o alcance das metas de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento no estado do Pará. Esse fundo surge em um momento político no Brasil em que o repasse do Fundo Amazônia para novos projetos está suspenso, sob ordem do Ministério do Meio Ambiente.

Ausência de políticas de preço mínimo.

As políticas de preço mínimo para a agricultura e extrativismo, em especial a PGPM-Bio, instituída em 2009, são instrumentos importantes para garantir preços adequados para a subsistência e qualidade de vida das populações ribeirinhas, indígenas e extrativistas. No entanto, desde janeiro de 2018, a política não foi executada em nenhum dos municípios que compõem o bloco. Como importante justificativa para a inexecução da política pública no território, podemos apontar o reduzido número de DAPs jurídicas ativas na região, dada a obrigatoriedade da declaração, caso uma cooperativa ou associação deseje acessar os pagamentos feitos pela CONAB.

Fundo DEMA.

É um fundo criado em 2003, que apoia projetos coletivos dos “Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar”. Seus recursos têm origem em uma apreensão de seis mil troncos de mogno, madeira nobre da Amazônia, extraídas ilegalmente, apreendidas pelo IBAMA. Grande parte da madeira havia sido retirada dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu. Por meio do lançamento de editais e chamadas públicas o fundo apoia projetos de organizações comunitárias localizadas nas regiões paraenses da Transamazônica/Xingu, Baixo Amazonas (inclui 6 municípios do Norte do Pará), BR-163 e Nordeste Paraense.

Assistência técnica com pouco foco nas cadeias da sociobiodiversidade.

Ressalta-se a necessidade de as ações estatais de assistência técnica e extensão rural estarem mais focadas na promoção produtiva e comercial dos produtos da sociobiodiversidade. De acordo com os dados disponibilizados no último relatório do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio – ano base 2017), as 2 linhas de apoio a projetos de uso sustentável da biodiversidade (tanto a linha geral quanto a destinada para povos indígenas e comunidades tradicionais) somadas tiveram o segundo menor orçamento dotado, aproximadamente R\$235mil, ficando acima apenas do orçamento para educação ambiental (R\$8mil). Os orçamentos do Ideflor-Bio para “Outorga e monitoramento de Florestas Públicas”, “Produção e restauração florestal”, e “Gestão de UCs” ficaram todos acima dos R\$2,5 milhões.

Por sua vez, a EMATER-PA não executou, conforme afirma o seu relatório de gestão para o ano de 2018, a maioria dos recursos que foram dotados para o apoio às cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Ambos os dados apontam à urgência de aprimorar a qualidade técnica dos projetos submetidos à essas instituições, bem como um acompanhamento mais efetivo na concepção e elaboração desses projetos.

DAPs jurídicas inativas.

O Norte do Pará é marcado por uma conjuntura desfavorável no que diz respeito à posse da DAP jurídica (ver Figura 2). O documento é condicionante não somente à participação de organizações comunitárias em chamadas públicas do PNAE e/ou do PAA, mas também declaração básica para acessar a PGPM-Bio e linhas de crédito do PRONAF. Com efeito, a ausência de DAPs ativas entre as organizações inseridas nas áreas protegidas dificulta o acesso das mesmas a políticas públicas que impactam diretamente na viabilidade econômico-financeira destes empreendimentos coletivos, nos apontando a uma urgente necessidade de conformação e regularização junto ao DAPWEB.

CAEs em funcionamento.

Com exceção do município de Faro, que apresenta o seu Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em estado diligenciado, os municípios da região possuem seus conselhos de alimentação válidos junto ao FNDE. Como próximo passo, faz-se necessário intensificar a participação civil e o funcionamento dos mesmos para maior harmonia entre as chamadas públicas para alimentação escolar e a base produtiva sustentável da região, bem como retomar as ações necessárias para validação do CAE da cidade de Faro. Além das políticas e programas acima mencionados, estão em vigor outras políticas e programas de fomento a conservação e a preservação ambiental e ao controle do desmatamento no estado do Pará, como a Lei do ICMS Ecológico (ICMS Verde), o Programa Municípios Verdes (PMV) e, mais recentemente, a Política Estadual da Socioeconomia, no Pará, por exemplo.

Cadeias produtivas.

As organizações comunitárias do Norte do Pará pautam-se na produção, principalmente, de Castanha do Brasil, Mandioca e seus derivados, Copaíba, Cumaru e Açaí. Estas são as cadeias com as maiores taxas de participação das associações mapeadas pelo Desafio Conexsus. Também são cadeias importantes as cadeias do pescado e da pimenta.

Pouca agregação de valor e alguns níveis de faturamento alto.

As organizações do Norte do Pará apresentam, em geral, baixos níveis de agregação de valor, com quase todas as suas operações comerciais pautadas na venda de produtos in natura – com exceção da COOPAFLORA, a qual herda processos produtivos de associações que estiveram em sua gênese (ver Figura 3). A maioria das organizações comercializa seus produtos nos seus municípios (ver Figura 4). Em alguns poucos casos, apresenta-se organizações com altos níveis de faturamento anual, superando a casa dos 600 mil reais, e com abrangência de mercado internacional (ver Figura 5). No entanto, trata-se de casos pontuais e, por isso, não é possível afirmar que os rendimentos são elevados e que as organizações comunitárias estão acessando mercados internacionais de maneira sistêmica.

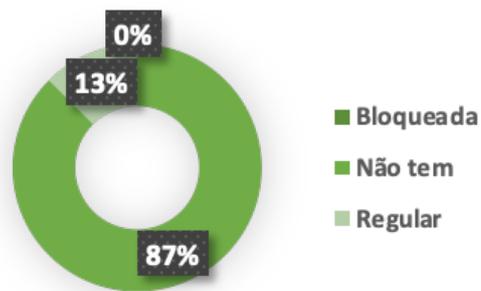


Fig. 2: Situação da DAP no Xingu.
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.

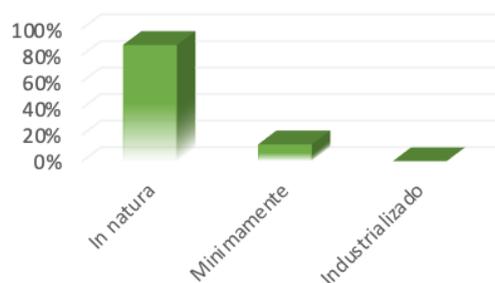


Fig. 3: Nível de beneficiamento
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

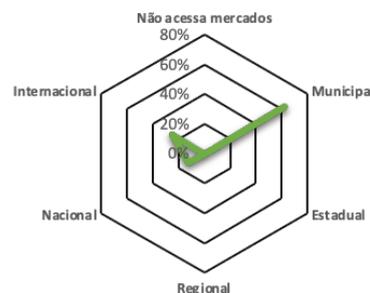


Fig. 4: Abrangência de Mercado do Norte do Pará
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

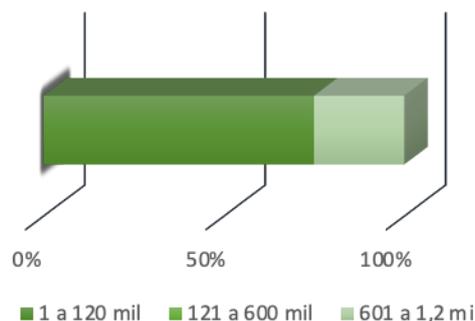


Fig. 5: Faixas de faturamento no Norte do Pará
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

O Origens Brasil® na região.

A comercialização na região é fortalecida com a participação de organizações comunitárias no Origens Brasil®[1]. Dentre as organizações comunitárias que participaram do DESAFIO CONEXSUS fazem parte do Origens Brasil® as seguintes associações: APIM (Associação dos Povos Indígenas do Mapuera), ARQMO (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná) e CCPH (Conselho Geral do Povo Hexkaryana). Além delas outras 10 organizações comunitárias do Norte do Pará também fazem parte do Origens Brasil® (2 indígenas e 8 quilombolas). Mais de 670 pessoas, de 23 grupos produtivos, representando 15 grupos sociais / etnias diferentes, estão se beneficiando desse arranjo comercial, que busca encontrar novas formas de conectar grandes empresas, indústrias e os consumidores finais com os produtores dos produtos da sociobiodiversidade, por meio do monitoramento e da comunicação da procedência desses produtos. Em 2018, esses negócios comunitários juntos faturaram pouco mais de R\$600mil.

Verifica-se, assim, que dentro do arranjo comercial do Origens Brasil® as organizações comunitárias da região do Norte do Pará ainda se encontram em um estágio anterior de maturidade organizacional se comparada com as organizações da região do Xingu, que faturaram mais de R\$2milhões em 2018. Ao mesmo tempo, os resultados financeiros da comercialização dos produtos do Norte do Pará são melhores que os resultados da terceira região do Origens Brasil®, a região do Rio Negro, que faturou aproximadamente R\$580mil em 2018.

[1] <http://www.origensbrasil.org.br/media/relatorio-de-transparencia-e-resultado.pdf>.

Presença satisfatória nos mercados institucionais.

As organizações comunitárias ainda têm bastante dificuldade em acessar os mercados institucionais. Para as cidades do bloco do Norte do Pará, segundo dados do FNDE em 2017, em média, somente 16% dos recursos repassados pelo Fundo foi executado na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar (ver Figura 6). Tal número demonstra haver necessidades de se lidar com os entraves legais (como DAP, regularidade junto às SEFAZes ou adequação fitossanitária) e produtivos (como articulação produtiva e articulação distributiva) que impedem a maior participação da agricultura familiar nas chamadas públicas. Notamos que um claro entrave também é a assimetria entre a base produtiva em áreas protegidas e os produtos pedidos nas chamadas do PNAE, em 2019 (ver Figura 7).

Abundância de intermediários: o caso COOPAFLORA.

As cadeias principais do bloco são marcadas pela presença de uma série de intermediários. Isso se faz evidente no caso da COOPAFLORA, em que a cadeia do cumaru, por exemplo, é marcada pela presença de uma série de atravessadores que disputam o preço de compra do comunitário, pressionando a cooperativa em formar capital de giro para pagamento adiantado e a um preço ligeiramente acima do praticado. Com isso, é essencial repensar e agir na facilitação para a contração de crédito de custeio, a fim de evitar com que as organizações comunitárias paguem os comunitários a prazo, posicionando-as de uma forma mais favorável para competir com os preços praticados por intermediários.

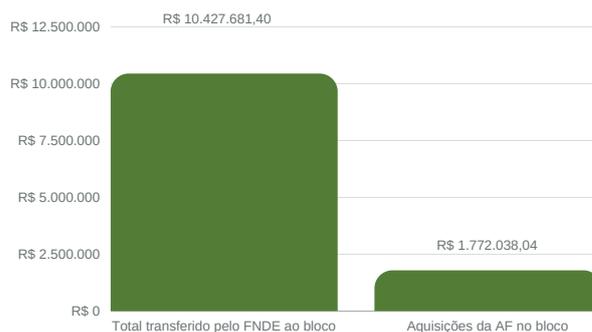


Fig. 6. Recursos do FNDE no Norte do Pará
Fonte: FNDE, 2017

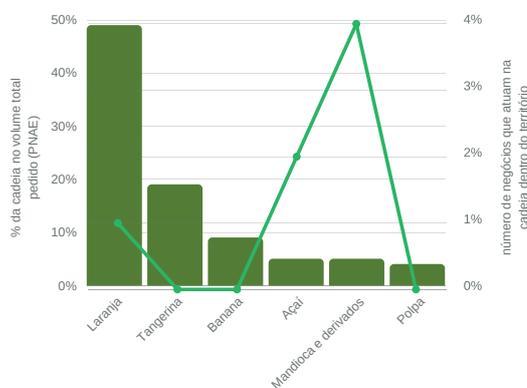
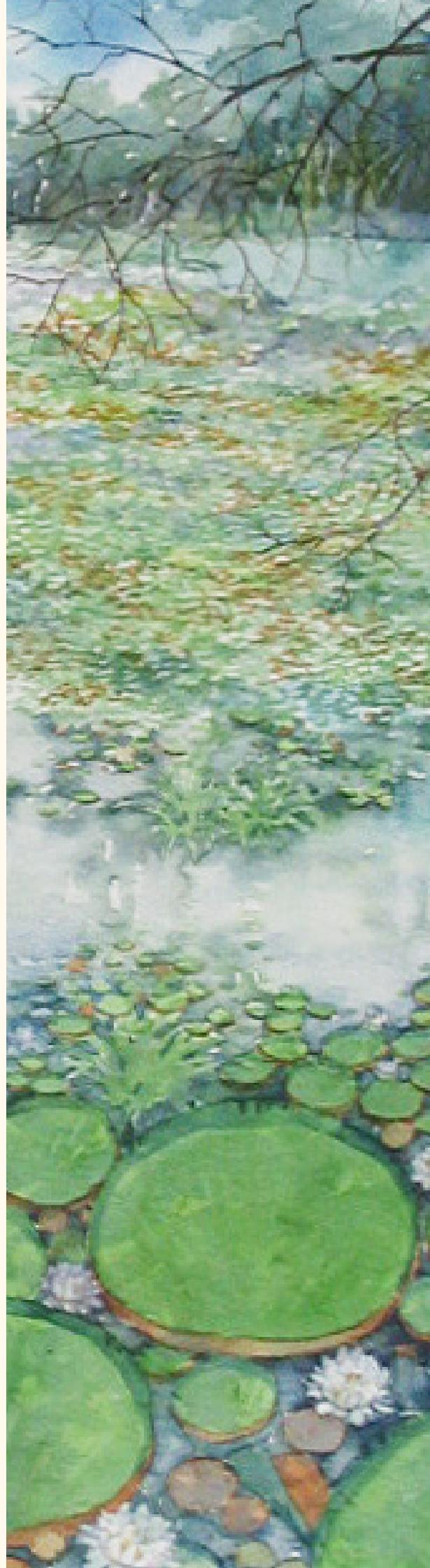


Fig. 7. Sincronia entre itens de maior volume nas chamadas do PNAE (barra) e cadeias predominantes no bloco (linha).
Fonte: SEDUC Pará e SEMUCs de 20 municípios do bloco Norte do Pará do Lira, 2019.

Recomendações específicas para o bloco



Análise FOFA para o bloco Norte do Pará:

F

FORÇAS

CAEs sob funcionamento, demandando intensificação;
Base produtiva diversa, com uma série de cadeias à disposição para comercialização

O

OPORTUNIDADES

Expandir comercialização via PNAE e PAA a partir de articulação com base produtiva e social diversa;
Geração de renda a partir da floresta em pé, em um território ameaçado com grandes empreendimentos

F

FRAQUEZAS

Nenhuma execução da PGM-BIO para o período analisado;
Baixo nível de agregação de valor;
Incongruência entre base produtiva e chamadas do PNAE

A

AMEAÇAS

Abundância de intermediários, demandando composição de capital de giro;
Pouco apoio dos órgãos de assistência técnica e de fomento às cadeias

Fraquezas e Ameaças

A ausência de ações de fomento, via PGM-Bio, para o território analisado fragiliza economicamente as comunidades e organizações, dada a variabilidade de preços. Por outro lado, a presença extensiva de intermediários pode restringir a margem de sobras dos negócios comunitários, em especial àqueles que não conseguem contrair crédito de custeio junto às instituições financeiras. Por fim, a incongruência entre a base produtiva nas áreas protegidas e o conteúdo pedido nas chamadas públicas dificulta o acesso das comunidades a essa importante política pública de reserva de mercado e de segurança alimentar.

Forças e Oportunidades

A regularidade dos CAEs na maioria dos municípios é um fator importante para a execução dos 30% de produtos da agricultura familiar do PNAE, ainda que isso não esteja sendo bem executado no território. Apropriar-se destes espaços para encontrar maior sintonia entre a base produtiva nas áreas protegidas e as chamadas públicas é um passo essencial para a promoção socioeconômica. Ao mesmo tempo, a ampla diversidade social e produtiva da região abre espaço para a formação de um espaço único de troca, articulação e intercâmbio produtivo, técnico e estratégico entre povos indígenas, quilombolas e extrativistas. Por fim, arranjos de comercialização já existentes, como o Origens Brasil®, podem e devem ser fomentados como instrumentos para conectar as organizações do território com a crescente demanda em grandes centros urbanos pelos produtos da sociobiodiversidade, em especial na cadeia dos cosméticos, fármacos e alimentação.

Diretrizes e ações estruturantes

AÇÃO

Ações em modelagem de negócios.

DESCRIÇÃO

É crucial que organizações do terceiro setor, instituições públicas, associações e cooperativas envolvam-se em ações de modelagem de negócios. Como recomendado no sumário executivo, isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas para o público em questão.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

ECAM, Imazon, Agenda Pública, IEB, Imaflora, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Construção de ferramentas autoaplicáveis de planejamento e modelagem de negócios. Para tanto, é essencial a sensibilização de lideranças sobre a importância da modelagem de negócios, capacitação de gestores e planejamento a partir da identificação e dimensionamento das oportunidades de comercialização na cadeia inserida.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Estruturação do modelo de negócios da COOPAFLORA, a partir do segmento de mercado e demanda identificada no âmbito do Origens Brasil ®

AÇÃO

Efetivação do crédito rural (PRONAF), dos fundos públicos e da PGPM-Bio.

DESCRIÇÃO

É essencial que as organizações comunitárias acessem um volume maior de crédito público subvencionado, especialmente o PRONAF, dada a sua atratividade em termos de taxas de juros e períodos de carência. Como fator adicional, a rede de apoio desses negócios comunitários, incluindo tanto as organizações do terceiro setor nacionais e internacionais quanto os agentes públicos gestores dos fundos estaduais FEMA e Fundeflor, poderia desenvolver novos programas de crédito, ainda mais adaptados à realidade das organizações comunitárias do Norte do Pará e das cadeias produtivas presentes na região, repensando temas complexos, como garantias, juros e prazos de devolução. Por fim, mas não menos importante, é necessário que haja um maior acesso à informação sobre a PGPM-Bio, bem como ações efetivas de regularização documental, a fim de dar início à execução da política no território, dada a sua inexequibilidade até então.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

BASA, BB, ECAM, Imazon, Agenda Pública, IEB, Imaflora, SEMA-PA, Ideflor-Bio, FUNAI e CONAB, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Ações concretas de educação financeira junto aos cooperados e associados, dispor de diretrizes claras dentro do planejamento estratégico de cooperativas e associações para a resolução de dívidas de seus sócios; articulação com bancos para a construção de planilhas de mensuração de risco para as operações produtivas da sociobiodiversidade; força tarefa para regularização da DAP física e jurídica; estruturação de fundos de aval, bem como instrumentos de recuperação de crédito em cooperativas e associações incapacitadas de contrair crédito por condição de pagador; apresentação de plano de negócio estruturado e viável ao agente financeiro, com o qual deve haver uma relação contínua de confiança.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Liberação do primeiro crédito PRONAF custeio para organização de manejo florestal comunitário e familiar: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/pela-primeira-vez-pronaf-concede-credito-para-manejo-florestal-comunitario>

AÇÃO

Fomento aos instrumentos de compras públicas.

DESCRIÇÃO

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e de apoiadores para pensar em estratégias de advocacy junto aos governos municipais para que os CAEs tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública. Ao mesmo tempo, articulações produtivas são essenciais para ser possível o atendimento a chamadas públicas, sem haver a necessidade de recorrer a fornecedores de gêneros alimentícios que não se enquadrem na categoria jurídica da agricultura familiar.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

ECAM, Imazon, Agenda Pública, IEB, Imaflora, Conselhos de Administração Escolar, secretarias de educação e de agricultura (do Pará e dos municípios do Norte do Pará). Ao mesmo tempo, associações e cooperativas devem assumir o protagonismo nos conselhos municipais e na formação de alianças produtivas e comerciais locais.

DIRETRIZES

Articulações produtivas em rede entre organizações, a fim de ampliar número de produtos passíveis de serem atendidos nas chamadas públicas; estar em conformidade com os documentos e certidões requeridas nos editais, bem como aos padrões de regularidade fitossanitária; articulação com nutricionistas, responsáveis por licitações, gestores e pais, especialmente através de protagonismo nos CAEs, para maior conformidade entre lista de gêneros alimentícios pedidos e base de produtos produzidos na região.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Mercados verdes e a ampliação da comercialização de organizações da agricultura familiar no PNAE:

https://www.giz.de/en/downloads/Mercados_Verdes_BMZ_PT_Brasil.PDF

SIGLAS

A

ABRIC – Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari
ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas
ACOMTAGS – Associação das Comunidades do Trombetas e Área da Gleba Sapucúá
ACOSAMA – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Comunidade de Santa Maria do Uruá
ACPLASA – Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Médio Lago Sapucúá
AERIM – Associação dos Extrativistas Rio Iriri-Maribel
AIPHX – Associação Indígena Pyjahyry Xipayá
AGUAPÉ – Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
AMABES – Associação de Moradores Agroextrativista da Comunidade de Boa Esperança
AMALCG – Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanhã Grande
AMARI – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Ituxi
AMARJUMA – Associação dos Moradores e Amigos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma
AMOMEX – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu
AMOPREAB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil
AMOPREMA – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira
AMOPREX – Associação dos Moradores e Produtores da Resex Extrativista Chico Mendes em Xapuri
AMORA – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio
AMORERI – Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri
AP – Área Protegida
APADRIT – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
APAJ – Associação dos Produtores de Açaí e Juçara
APIM – Associação dos Povos Indígenas Mapuera
APITC – Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu
ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
ARSX – Associação Redes de Sementes do Xingu
ASAEX – Associação dos Seringueiros Agroextrativista do Baixo Rio Ouro Preto
ASMACARU – Associação dos Moradores Agroextrativista das Comunidades do Rio Paru
ASMIPPS – Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da comunidade Repartimento dos Pilões
ASPAC – Associação dos Produtores Agroextrativistas de Canutama
ASPACS – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha
ASROP – Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto
ASSC – Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá
ASSIZA – Associação Indígena Zavidjaj Djiguhur
ATAMP – Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Médio Purus
ATIX – Associação Terra Indígena Xingu

B

BASA – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil
C
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAZUMBÁ – Associação Cazumbá
CEMAAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas
CGPH – Conselho Geral do Povo Hexkaryana
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONEXSUS – Instituto Conexões Sustentáveis
COOBAY – Ba-Y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã
COOMARU – Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini
COOPAFLORE – Cooperativa Geral do Norte do Pará
COOPEMA – Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré
COOPERAR – Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus
COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários
COOPMAS – Cooperativa Mista do Produtores Agroextrativista do Sardinha
COVEMA – Cooperativa Verde de Manicoré
CPZ05 DE CANUTAMA – Colônia de Pescadores Z-05 de Canutama

D

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

E

EDF – Environmental Defense Fund
EMATER-AC – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre
EMATER-PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
EMATER-RO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
EMPAER-MT – Empresa Matogrossense de Pesquisa e Extensão Rural
F
FAM – Fundação Almerinda Malaquias
FAS – Fundação Amazonas Sustentável
FEMA-AM – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Amazonas
FEMAM-MT – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso
FEMA-PA – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Pará
FEMUCS – Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
FLONA – Floresta Nacional
FLOTA – Floresta Estadual
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEFLORE – Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal
FVA – Fundação Vitória Amazônica
FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar

I

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICFC – International Conservation Fund of Canadá
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade do Estado do Pará
IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IMAFLORE – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA – Instituto Socioambiental
ISPAN – Instituto Sociedade, População e Natureza

L

LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica

N

NCS – Negócio Comunitário Sustentável
NESA – Norte Energia S.A.

O

OIBI – Associação Indígena da Bacia do Içana
ORMM – Observatório da Região Metropolitana de Manaus

P

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAREST – Parque Estadual
PARNA – Parque Nacional
PBA-CI – Plano Básico Ambiental Componente Indígena
PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

R

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista

S

SEAF-MT – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ – Secretaria Estadual da Fazenda
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SFB – Serviço Florestal Brasileiro

T

TI – Terra Indígena

U

UC – Unidade de Conservação
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará

Acompanhe as ações do LIRA nas redes sociais do IPÊ



Twitter

[@InstitutoIPE](https://twitter.com/InstitutoIPE)



Facebook

[@ipe.instituto.pesquisas.ecologicas](https://www.facebook.com/ipe.instituto.pesquisas.ecologicas)



Instagram

[@institutoipe](https://www.instagram.com/institutoipe)

Fale com a gente

Email

lira.edital@ipe.org.br



Realização:



Apoio:

